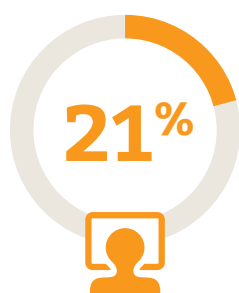




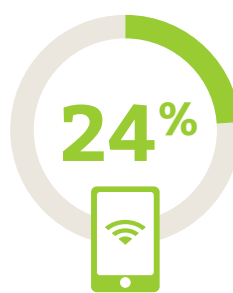
Moçambique

Destaques do Relatório de Acessibilidade 2018

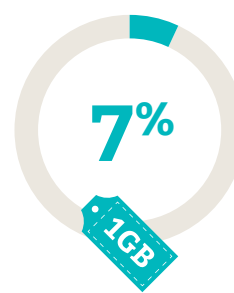
Com apenas um quinto da sua população online, Moçambique continua a estar menos conectado do que os seus vizinhos na região. A taxa média de penetração da internet na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral foi 28,4% e para África foi 24,4% (ITU, 2017). Em parte impulsionado por preços de banda larga relativamente altos e rendimentos médios mais baixos. Novas políticas introduzidas nos últimos dois anos têm o potencial de melhorar significativamente a situação. Agora é crucial que o governo de Moçambique, juntamente com o sector privado e outros parceiros, cumpram estes planos até ao fim.



POPULAÇÃO ONLINE
(ITU, 2017)



PENETRAÇÃO DA BANDA LARGA MÓVEL
(A4AI/GSMA, 2018)



CUSTO DE 1GB DE INTERNET MÓVEL PRÉ-PAGA
(COMO % DO RNB/CAPITA)
(A4AI, 2018)

Para 40% dos escalões de rendimento mais baixo, o custo de uma conexão de 1GB corresponde a 19-34% do seu rendimento.

Desempenho de Moçambique no Índice de Motores de Acessibilidade 2018

Moçambique figura em 43º (dos 61 países inquiridos) no ranking do Índice dos Motores de Acessibilidade 2018 (ADI). Uma posição abaixo comparada àquela obtida por Moçambique no Índice de Motores da Acessibilidade em 2017, indicando o lento ritmo na mudança política em todo o país.

POSIÇÃO	PAÍS	ACESSO	INFRA-ESTRUTURA	CLASSIFICAÇÃO NO ADI (DE 100)
43	Moçambique	46.5	38.9	45.2

África

Uma coalizão global que trabalha para tornar a banda larga acessível para todos

www.a4ai.org

1 Ambiente Regulador

Classificação: 4.6 / 10

A mais recente legislação que rege o regime de licenciamento no sector de comunicações em Moçambique foi adoptada em 2016 (A Lei de Telecomunicações (LT), Lei nº 4/2016). A lei reconhece a convergência das tecnologias e convoca um regime de licenciamento tecnologicamente neutro e simplificado, focado em licenças unificadas. O regulador, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), encoraja a consulta sobre questões políticas e reguladoras. Não obstante, o processo de consulta pública não é consistente e tende a estar limitado apenas a certos actores.

2 Estratégia para Banda Larga

Classificação: 6 / 10

O governo adoptou uma nova estratégia de banda larga em 2017 (Estratégia Nacional de Banda Larga). A estratégia define a velocidade da banda larga num mínimo de 1Mbps, estabelece metas de acesso e menciona os passos que o governo deve dar para atingir estas metas até 2025. Por exemplo, a estratégia diz que a penetração da banda larga sem fios nas zonas rurais deve ser 70% em 2021 e gradualmente atingir 100% em 2025. Elenca algumas das principais actividades que deviam ser realizadas para melhorar o acesso a banda larga, garantir financiamento e criar um ambiente facilitador. No entanto, não inclui metas nem intervenções nem prazos para redução dos custos da banda larga.

3 Acesso Universal e Público

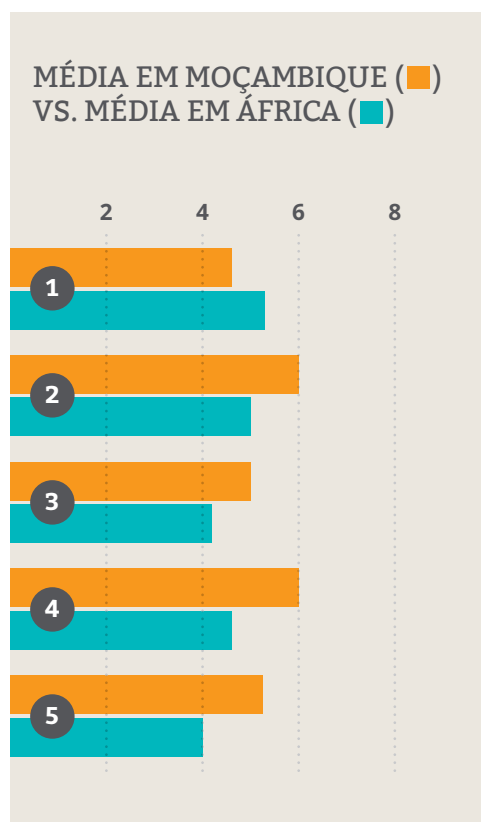
Classificação: 5 / 10

Desde 2007, o Fundo do Serviço de Acesso Universal apoia projectos que visam expandir o acesso a internet e promover o desenvolvimento de aptidões digitais e desenvolvimento de conteúdo nas zonas rurais. Inclui o estabelecimento de Centros Multimédia Comunitários (CMC) e financiamento de instalações de redes móveis em 30 locais.

4 Partilha de Infra-estrutura

Classificação: 6 / 10

Os principais instrumentos reguladores que guiam a partilha de infra-estrutura são a Lei de Telecomunicações (Lei nº 4/2016) e novos regulamentos de partilha de infra-estrutura introduzidos em Novembro de 2018 (Decreto 65/2018). Estes exigem que as operadoras devem conseguir facilitar a partilha de infra-estrutura dentro das suas redes. As regras mais recentes clarificam que estas obrigações são guias para acordos



contratuais entre as partes, cobrem tanto a partilha passiva como activa e aplicam-se a infra-estrutura desenvolvida através do Fundo do Serviço de Acesso Universal. Com aplicação adequada estes podem promover maior partilha de infra-estrutura e menos custos no sector.

5 Gestão de Espectro

Classificação: 5.25 / 10

Em 2016 e 2017 o INCM conseguiu alocar eficientemente as bandas de frequência de 700 MHz, 900 MHz, 1800 MHz e 2,6 GHz. O que permitiu a entrada de novas operadoras ou ofereceu maior espectro as entidades já licenciadas. Com o recente leilão de espectro obtido pelas três operadoras no mercado, espera-se que a concorrência gere mais opções para os consumidores. No entanto, as operadoras reportaram que a falta de um plano nacional de espectro claro limitou a sua capacidade de planificar e expandir as suas redes. Acresce, o INCM está a explorar activamente o uso de espaços brancos de TV, especialmente para destacamento de serviços de banda larga nas zonas rurais.

Recomendações

1. Implementar a estratégia de banda larga de 2017 e aplicar os regulamentos de partilha de infra-estrutura focando em áreas chave urgentes:

- Desenhar e implementar iniciativas do lado da procura para estimular o uso da banda larga, começando com programas de habilidades digitais e com incentivos financeiros para desenvolver conteúdo localmente relevante.
- Estabelecer de uma agência de coordenação para implementar uma abordagem “escavação única” para investimento em infra-estrutura.
- Necessário que o INCM monitore, por exemplo, a métrica QoS no sector para garantir a meta mínima da estratégia, 1Mbps.
- Promover mecanismos de financiamento que encorajem o destacamento mais célere dos serviços de banda larga acessíveis, particularmente a conectividade intermédia e da última milha.

2. Desenvolver uma estratégia holística e inclusiva para o Fundo do Serviço Universal que incorpore infra-estrutura fiável, habilidades digitais, conteúdo local com claro foco no desenvolvimento rural e colmatação das lacunas chave para o acesso, incluindo a disparidade digital em termos de género no país.

- Estabelecer incentivos e financiamento para novos modelos de conectividade e acesso público custo efectivas, ex. redes comunitárias, cooperativas e soluções wi-fi.
- Melhorar as taxas de desembolso dos fundos disponíveis. Com base em dados recentes notámos que apenas 35% dos fundos foram desembolsados em 2016.¹

3. Estabelecer uma abordagem política coordenada para oferecer oportunidades de acesso público e aumentar o acesso a preço acessível através de investimento vocacionado e gestão efectiva de espectro, e reduzir impostos sobre dispositivos inteligentes de baixo custo.

¹ <http://webfoundation.org/docs/2018/03/Using-USAFs-to-Close-the-Gender-Digital-Divide-in-Africa.pdf>